



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO	18. JAN. 1980		
JORNAL DE NOTÍCIAS			

A LÓGICA E A OPORTUNIDADE

Por ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA

QUANDO, pouco antes da reativação de Sá Carneiro, Maria de Lurdes Pintassilgo, interrogada acerca do seu futuro, respondeu com toda a convicção que regressaria ao seu lugar na UNESCO, em Paris, adivinhou-se de imediato que estaria ali um dos primeiros problemas que a nível de relações institucionais se apresentaria ao novo Executivo.

Com efeito, ninguém desconhecia então que as relações entre os partidos da nova maioria e Lurdes Pintassilgo poderiam perfeitamente classificar-se de hostilidade política, característica visível já a quando da designação da ex-primeira-ministra, mas que o tempo adensou e as últimas semanas da sua governação agravaram ainda mais. A quantos sabem que um embaixador representa um Estado, mas que, naturalmente, o exercício desse cargo exige a confiança do Governo legítimo desse país, aquela afirmação, tão peremptória e dogmática, não deixou de surpreender e preocupar. Preocupação que atingiu quantos têm consciência de que o desenvolvimento equilibrado do processo democrático português exige, pelo menos, uma coexistência eficaz entre os diversos órgãos de soberania e, nomeadamente, entre o Governo e o presidente da República. Qualquer conflito grave originaria, de facto, não apenas a paralisação de grande parte da acção governativa, mas poderia ter consequências sérias na solidificação do caminho democrático que estamos a fazer.

Ora, as relações pessoais e políticas que ligam Ramalho Eanes a Lurdes Pintassilgo são suficientemente fortes para se poder admitir que, tendo-a chamado de Paris, o presidente da República faria questão de que regressasse ao lugar onde a fora buscar: razões que lhe parecerão de justiça e por motivos que poderão ter contornos políticos.

Ultrapassadas as sequelas do desajustamento dos discursos pronunciados na tomada de posse do novo Governo, aí estaria,

perante outro problema — um escândalo, como lhe chamou um conhecido semanário — susceptível de aquecer, senão mesmo de fazer estalar, as relações entre o Governo e a Presidência da República, para gaúdio de quantos apostam num bloqueio institucional a curto prazo.

Ao Governo põe-se, assim, um dilema, uma espécie de desafio entre a lógica e a oportunidade.

Assim, a lógica meramente política faz pensar como é que um Governo com uma política externa claramente pró-europeia e atlântica pode ter na UNESCO, em cujo meio goza de inegável prestígio, um representante que, não renegando a Europa e o Ocidente, privilegia indiscutivelmente o Terceiro Mundo e sobrepõe as relações Norte/Sul às relações Leste/Oeste. A lógica exige que o Governo pondere os perigos de ter num organismo cada vez mais importante um adversário político, recente e (quem sabe) se futuro...

Mas a oportunidade manda pensar nas consequências de um conflito aberto com o presidente e na sua exploração e aproveitamento. A oportunidade aconselha, pois, a moderar os impetus da lógica, a diluir as suas exigências, contabilizar as vantagens e as desvantagens das duas alternativas.

De qualquer modo, este Governo defronta-se, logo no início da sua caminhada, com uma questão de fundo: até que ponto o perigo de um conflito aberto com o presidente pode ser usado como chantagem? Até que ponto, para evitar conflitos institucionais, um Governo pode ceder, sem que isso se possa afirmar que já não é o Governo que se anunciou?

Claro que este dilema não teria lugar, nem constituiria propriamente uma ameaça, se todas as instituições e personalidades em causa facilitassem o caminho de um relacionamento minimamente aceitável, e embora não isento de dificuldades. Mas será assim?



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO
PORTUGAL HOJE	DIÁRIO POPULAR
CORREIO DA MANHÃ	DIÁRIO DE LISBOA
DIA	CAPITAL
DIÁRIO	TARDE
A TRIBUNA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	18 JAN 1980
JORNAL DE NOTÍCIAS	

A.R.: APROVADO O PROGRAMA DO GOVERNO

CRÓNICA PARLAMENTAR

(CONTINUADO DA PÁG. 5)

contrapondo um PCP defensor da legalidade constitucional ao projecto do Governo de «liquidar o regime democrático». Toda a intervenção do secretário-geral do PCP foi ocupada na fundamentação da ilegalidade, real ou aparente, dos projectos da Aliança Democrática e com a ameaça de que qualquer tentativa de concretização destes levará à «ruptura institucional».

Por outro lado, retomou a tese da limitação do mandato do Governo e do circunstancialismo da maioria parlamentar, a qual, sublinhou, não corresponde à maioria dos votos expressos. Os comunistas perillham face a este Governo uma estratégia simples: pôr em causa a sua legitimidade e a dos seus actos, procurando criar, pelas suas «advertências» grandiloquentes, um clima de instabilidade e de pré-ruptura, ao acenarem com os mais graves confrontos.

Soares procurou outro ponto de ataque, preferindo aproveitar as promessas eleitorais para desacreditar o Governo, semeando, entretanto, a dúvida da desconfiança na maioria, ao perguntar por que motivo a AD ainda não se institucionalizou como coligação.

O líder socialista optou por dar uma imagem paternalista com as suas advertências de «bom senso», não sem que atacasse o «ímpeto restauracionista» de «alguns ideólogos» da AD e os seus objectivos de reconstrução dos grandes grupos económicos. As acusações de «saudosismo» foram nota unânime de todos os discursos da Oposição. Mas Mário Soares conseguiu dar-lhe um tom como que cordato, situando-se na «oposição civilizada», como viria a demonstrar a abstenção do PS perante a moção de rejeição comunista. Os termos desta, aliás, parece terem sido escolhidos com cuidado suficiente para que o PS não se lhe pudesse associar.

Ribeiro Teles, do PPM, pautou o seu tempo pela mesma tónica a que os restantes deputados inonárquicos nos têm habituado e recordou ao Governo a sua «responsabilidade enorme». Não só pelo capital de esperanças que nele foi investido mas, principalmente, por que terá de preservar o Portugal de amanhã.

A intervenção do centrista Lucas Pires terá sido aquela politicamente mais importante do debate de ontem, traçando os limites ideológicos não só do Governo, mas também da Oposição. Para o deputado do CDS, inaugura-se agora a «fase democrática» do processo desencadeado pelo 25 de Abril, cuja «razão» foi o 2 de Dezembro.

A proposição de uma «terceira via» por Lucas Pires tem uma intenção bastante clara — a da afirmação da Aliança Democrática como um projecto político não só autónomo mas sólido e coerente, fazendo que o «todo seja maior que as partes». E, aliás, interessante sublinhar que o CDS tem colocado a tónica na Aliança, enquanto o PSD a põe no Governo, não que se trate de uma divergência de fundo, ou mesmo muito notória, mas é de molde a perspectivar já um pouco do futuro político de um projecto (sempre e cada vez mais ideológico).

Este aspecto das interpretações diversas foi ainda ilustrado pela intervenção seguinte, a de Carlos Macedo, presidente da Comissão Política Nacional do PSD. Referindo-se à Oposição, este deputado preferiu falar de «oposições» e situou o PS no campo das divergências de metodologia, já que, como os social-democratas, é um partido que procura a integração na Europa democrática, prezando as suas instituições.

Lucas Pires havia sido muito mais incisivo. Para o CDS, existe um problema de fundo, porquanto o PS preconiza o controlo do poder económico pelo poder político. O PS «é um erro» e o PCP «uma ofensa», acentuou o dirigente centrista.

As palavras de Carlos Macedo foram, em contrapartida, de moderação, de sustento natural ao «mandato sólido, homogéneo e suficiente» do Governo, sem caminhar por terrenos polémicos ou de carácter ideológico.

O primeiro-ministro, a encerrar o debate, não pôde deixar de fazer um discurso circunstancial, bastante menos elaborado que a introdução ao programa. Aflorou alguns pontos específicos, como a comunicação social, a política externa, e as intenções legislativas sobre o referendo e a lei eleitoral, mas apenas confirmando o texto ou as intervenções dos seus ministros.

Procurou, também, tirar o debate do campo ideológico, em que sublinhou não pretender embrenhar-se. Segundo Sá Carneiro, este Governo não entrará na discussão político-partidária, preferindo a governação do dia-a-dia. «Vamos ao trabalho», disse a terminar.

Trabalho este que hoje prossegue, desta feita com a discussão da moção de confiança que entendeu submeter à aprovação parlamentar.

JORGE TEIXEIRA

Gabinete Sá Carneiro promete autoridade e responsabilidade

(Continuado da pág. anterior)

«O PCP já tinha provado que o terror era a sua política interna» e, com o discurso de Aboim Inglês, na sessão da véspera, aprovou que o terror era a sua política externa», realçou Lucas Pires.

Acrescentou que, na noite anterior, antes de o deputado comunista Aboim Inglês ter falado, aguardava a posição do PCP sobre o Afeganistão. Agora, porém — continuou — a sua dúvida consiste em saber o que estará o PCP se a URSS invadir Portugal.

O vice-presidente do CDS dependeu que a nova política externa portuguesa não prejudicará forçosamente as relações comerciais com a União Soviética, por estas já existirem no tempo da ditadura salazarista (citou o sector da cortiça).

Acrescentou que algo diferente se pode pensar com o netuno, mas neste domínio — referiu — a DISS poderá ser substituída pela Venezuela e os países árabes, relativamente aos quais Portugal pretende consolidar uma aproximação.

«Nós, os que não temos dinheiro na Suíça nem reforma na União Soviética, precisamos de assegurar o nosso futuro e os das novas gerações», sublinhou Lucas Pires.

O parlamentar do CDS caracterizou depois a economia portuguesa pela existência de três rodas dentadas; duas, enormes — o sector público e as multinacionais, que apareceram com o PS — e outra muito pequena, o sector privado, que «tem de ser o motor».

A terminar, referiu o propósito de o Governo da AD não ser um substituto do PS, mas o criador de uma situação que faça com que Portugal — disse, citando ironicamente Melo Antunes — deixe de ser um modesto peão no tabuleiro estratégico do mundo.

PS RECORDA LURDES PINTASSILGO

O dirigente socialista Mário Soares usou depois da palavra, para acusar o Governo Sá Carneiro de pretender o «confronto institucional» e a reconstituição dos grandes grupos económicos.

O líder do maior partido da oposição foi aplaudido de pé por toda a bancada do PS quando criticou a rejeição em Lisboa de Lurdes Pintassilgo, ex-primeira-ministra e embaixatriz da UNESCO.

Referindo-se, a seguir, ao programa do Governo em debate, o secretário-geral do PS disse que «parece evidenciarem-se da parte do Executivo o propósito de afugir para a frente, buscando no confronto institucional «alibi» para não cumprir as promessas eleitorais».

O Governo pretende o «confronto», porquanto avalia melhor a fazer aprovar uma lei do referendo, sabendo as posições da Oposição e do presidente Eanes sobre o assunto acrescentou.

O dirigente socialista manifestou-se também contra a eventualidade de uma revisão da lei eleitoral aumentar as distorções que existem na representação dos círculos. «Não me parece certo que a lei eleitoral seja mudada ao sabor das maiorias conjunturais», acrescentou.

Soares salientou depois que a Aliança Democrática, embora tenha prometido a revisão da lei dos partidos, ainda não promoveu a sua própria institucionalização no Supremo Tribunal de Justiça.

«Não pediremos ao Governo o impossível, baseados na letra das suas promessas eleitorais» — disse ainda Mário Soares, antes de afirmar: «Mas esperamos que seja capaz de evitar a degradação do poder de

compra da população, visto que tem agora condições para o conseguir».

Soares disse também que, «dentro de algum tempo», o seu partido lembrará ao ministro das Finanças a sua recente promessa de conter a inflação nos 20 por cento.

Com esta última frase, não há compromisso, não há transigência possível».

PRIMEIRO-MINISTRO RESPONDE À OPOSIÇÃO

O VI Governo evitará «sempre a boca com Abris, mas fará tudo para o realizar — a afirmação pertence a Francisco Sá Carneiro, que ontem ao encerrar o debate parlamentar sobre o Programa do Executivo da Aliança Democrática, disse ter sido cumprido o propósito de impedir que o Governo fosse arrastado para a discussão político-partidária.

Isso continuará a acontecer ao longo da actividade governativa, assegurou o novo primeiro-ministro.

Sá Carneiro refutou o facto de «as oposições» terem procurado limitar a acção do novo Executivo, alegando o curto mandato e a escassa maioria, apesar de absoluta.

Esses argumentos, referiu, não são obstáculos para um Governo que é forte graças à maioria e só se pode sentir frágil perante a enormidade dos problemas a enfrentar.

Mais adiante, o primeiro-ministro sublinhou que, por detrás do respeito da Oposição pela Constituição, se escondia a vontade de que o Governo e a AD respeitem os desejos de socialistas e comunistas.

O chefe do Executivo falou em tom moderado, mas irónico, dirigindo sucessivas perguntas ao PS e PCP. «Se têm tanta confiança nas instituições, por que não as deixam funcionar?», interrogou.

«A decisão sobre o referendo», disse, «será tomada aqui, no Parlamento, acrescentando que funcionário os órgãos encarregados de fiscalizar a constitucionalidade das decisões da Assembleia».

«Quem o põe em dúvida: vós ou nós?» — perguntou.

Sá Carneiro declarou que a possibilidade de um confronto institucional não pode paralisar o Parlamento e citou divergências anteriores entre o PS e o presidente da República sobre a Constituição.

Sá Carneiro acrescentou que as referências feitas durante o debate à situação no Afeganistão, pelos vários partidos representados no Parlamento, foram «esclarecedoras».

PSD: REALIZAR O SENTIDO DO VOTO POPULAR

O social-democrata Carlos Macedo, interveio em nome do seu partido, tendo afirmado que «o principal trabalho político da actual geração é «tornar o sistema português compatível e idêntico ao da Europa democrática».

O porta-voz do PSD frisou que, pela primeira vez depois do 25 de Abril, «o País está perante um Governo que será aprovado neste Assembleia o seu programa através de maioria parlamentar previamente submetida, como tal ao veredicto popular».

O gabinete Sá Carneiro, prosseguiu, assumirá de modo singular o mandato desta Câmara por intermédio de um compromisso positivo.

Não governará, como antes sempre aconteceu, por simples amargura ou, pior, por simples complacências — declarou.

Carlos Macedo afirmou, por outro lado que a moção de confiança a ser votada hoje «é a resposta firme e inequívoca da vontade activa da maioria».

«A mudança que prometemos consiste na realização do sentido do voto popular e não na ambiguidade de comportamento face aos adversários políticos», sublinhou.

«Nós fomos eleitos», prosseguiu, «para mudar Portugal, e trairíamos o povo que nos elegeu se não fizéssemos tudo para o mudar na direcção que nos foi óbvia e claramente indicada».

O presidente da Comissão Política do PSD disse depois que a maioria e o Governo tentam alinhav as políticas sectoriais pelos «grandes objectivos da democracia política, igualdade social e de um maior liberalismo económico».

Macedo declarou, a terminar, que a Aliança Democrática distingue duas oposições: «uma que partilha o nosso desejo de integração na Europa democrática e outra que, embora a escondida sob vários sofismas, não pretende essa integração».

HOJE VOTA-SE A CONFIANÇA

A Assembleia da República reúne-se hoje de manhã, às 10 horas, para debater e votar a moção de confiança que o Governo apresentou ao Parlamento após a conclusão do debate do programa.

O debate da moção prolongar-se-á por quase cinco horas, após o que se procederá à votação.

As declarações de voto não poderão exceder os setenta minutos no total, segundo ficou decidido, ontem, na reunião dos representantes dos grupos parlamentares.

No texto da moção, o Governo pede à Assembleia da República a indicação de que «tem as condições necessárias para executar de forma cabal o seu programa».

Justifica o pedido, considerando que «não deve bastar que uma maioria parlamentar tenha recusado a aprovação de uma ou várias moções de rejeição; Importa também, acrescenta-se, «que a Assembleia da República atribua positivamente a sua confiança ao Governo».